Indústrias Romi S.A.

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019

Building a better working world

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares – 13092-123
Nova Campinas - Campinas, SP, Brasil

Tel: (5519) 3322-0500
Fax: (5519) 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Indústrias Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS

Conforme divulgado na nota explicativa 14, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em consequência do trânsito em julgado favorável em sua ação judicial, a Companhia reverteu a provisão referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a março de 2019, mas foram depositados judicialmente. Considerando a manifestação do o Supremo Tribunal Federal (STF) de 15 de março de 2017, apreciando o tema da repercussão geral, que decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não era provável que seria necessário uma saída de recursos para liquidar a obrigação anteriormente registrada e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida naquele exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo naquela data está apresentado a maior em R$56.302 mil, assim como o valor do ativo não circulante e total do ativo e do patrimônio líquido, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018 e o resultado do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, estão apresentados a menor respectivamente em R$85.306 mil, R$56.302 mil e R$ 2.613 mil, liquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeira individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida

Conforme detalhado na nota explicativa 11, a Companhia possui saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida em decorrência do registro da marca na aquisição da controlada alemã Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R$ 23.817 mil. As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objeto de teste de recuperabilidade pela administração no mínimo anualmente, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A Administração testou a recuperabilidade desses ativos utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para a unidade geradora de caixa de Máquinas Burkhardt+Weber e levaram em conta estimativas e premissas sensíveis. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa dessa unidade.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, tais como taxa de crescimento da receita, margens EBITDA e taxa de desconto.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.10 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre o valor adicionado oriundos do assunto descrito no parágrafo intitulado “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a reversão da provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS deveria ter sido registrada em exercício anterior. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido individual e consolidado está apresentado a maior em R$56.302 mil, assim como o valor do ativo não circulante e total do ativo e do patrimônio líquido, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, estão apresentados a menor em R$85.306 mil e R$56.302 mil. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Building a better working world

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

BALANÇOS PATRIMONAIS

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2019	Controladora 31 de dezembro de 2018	Consolidado 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	102.838	67.284	147.807	100.428
Aplicações financeiras	3	683	489	683	489
Duplicatas a receber	4	73.377	82.006	140.395	168.213
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	97.053	87.482	97.053	87.482
Estoques	6	239.476	203.133	344.878	300.547
Partes relacionadas	8	65.169	60.397	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		8.058	22.614	15.347	25.267
Outros créditos		11.029	12.574	14.019	14.931
		597.683	535.979	760.182	697.357
NÃO CIRCULANTE					
Duplicatas a receber	4	11.489	13.618	11.489	13.618
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	166.959	128.584	166.959	128.584
Impostos e contribuições a recuperar		54.401	18.998	54.401	18.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	23.577	43.595	24.822	43.948
Depósitos judiciais	14 (e)	1.930	2.110	1.930	2.110
Outros créditos		5.353	1.849	5.681	2.172
		263.709	208.754	265.282	209.430
Investimentos em controladas	7	140.715	147.669	-	-
Imobilizado	10	191.596	187.860	269.235	258.921
Propriedade para investimento	9	13.500	13.500	18.181	18.398
Intangível	11	600	879	54.361	57.981
		610.120	558.662	607.059	544.730
TOTAL DO ATIVO		1.207.803	1.094.641	1.367.241	1.242.087

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2019	Controladora 31 de dezembro de 2018	Consolidado 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2018
CIRCULANTE					
Financiamentos	12	78.723	90.419	91.649	102.547
Financiamentos - FINAME fabricante	13	82.177	63.326	82.177	63.326
Fornecedores		35.123	26.853	51.451	44.261
Salários e encargos sociais		15.450	21.858	21.490	27.504
Impostos e contribuições a recolher		9.567	6.799	15.553	7.847
Adiantamentos de clientes		12.186	14.824	68.200	71.466
Participações a pagar		1.205	2.195	1.205	2.195
Dividendos e juros sobre o capital próprio		39.523	23.785	39.523	23.785
Outras contas a pagar		3.762	2.978	24.181	19.821
Partes relacionadas	8	1.679	4.472	-	-
		279.395	257.509	395.429	362.752
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	12	13.468	20.118	22.866	31.438
Financiamentos - FINAME fabricante	13	152.786	116.278	152.786	116.278
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	454	2.100	454	2.100
Outras contas a pagar		12	6	5.194	130
Provisão para patrimônio líquido negativo - controlada	7	4.404	2.653	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	31.630	31.786
		171.124	141.155	212.930	181.732
TOTAL DO PASSIVO		450.519	398.664	608.359	544.484
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	492.025	492.025	492.025	492.025
Reserva de lucros	16	219.482	160.218	219.482	160.218
Ajuste de avaliação patrimonial	16	45.777	43.734	45.777	43.734
		757.284	695.977	757.284	695.977
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	1.598	1.626
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		757.284	695.977	758.882	697.603
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.207.803	1.094.641	1.367.241	1.242.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	22	501.124	507.639	765.506	743.462
Custo dos produtos e serviços vendidos		(364.314)	(367.440)	(556.808)	(537.083)
Lucro bruto		136.810	140.199	208.698	206.379
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(44.758)	(43.747)	(85.621)	(79.801)
Gerais e administrativas		(32.063)	(26.309)	(70.138)	(59.300)
Pesquisa e desenvolvimento		(20.470)	(17.379)	(20.470)	(17.379)
Participação e honorários da Administração	8	(7.210)	(7.751)	(7.305)	(7.846)
Resultado de participações societárias	7	(7.148)	(2.793)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	25	78.209	2.666	79.329	3.995
		(33.440)	(95.313)	(104.205)	(160.331)
Lucro operacional		103.370	44.886	104.493	46.048
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	67.646	42.214	69.942	43.740
Despesas financeiras	24	(2.611)	(6.401)	(4.741)	(8.831)
Variação cambial, líquida		(2.904)	6.527	(3.601)	6.212
		62.131	42.340	61.600	41.121
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		165.501	87.226	166.093	87.169
Imposto de renda e contribuição social	15	(35.837)	(3.225)	(36.183)	(2.919)
Lucro líquido do exercício		129.664	84.001	129.910	84.250
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				129.664	84.001
Participação dos acionistas não controladores				246	249
				129.910	84.250
Lucro básico por ação em reais - R$	16	2,06	1,34		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	129.664	84.001	129.910	84.250
Efeito de conversão de moeda estrangeira	2.043	12.750	2.043	12.750
Lucro líquido abrangente do exercício	131.707	96.751	131.953	97.000
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			131.707	96.751
Participação dos acionistas não controladores			246	249
			131.953	97.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Atribuído à participação dos controladores								
			Reserva de lucros							
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**492.025**	**75.322**	**43.638**	**118.960**	**30.984**	**-**	**641.969**	**1.531**	**643.500**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	84.001	84.001	249	84.250
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	12.750	-	12.750		12.750
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	12.750	84.001	96.751	249	97.000
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	-	(42.743)	(42.743)	-	(42.743)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	-	-	(154)	(154)
Transferência entre reservas		-	37.058	4.200	41.258	-	(41.258)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			37.058	4.200	41.258		(84.001)	(42.743)	(154)	(42.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**492.025**	**112.380**	**47.838**	**160.218**	**43.734**	**-**	**695.977**	**1.626**	**697.603**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	129.664	129.664	246	129.910
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	2.043	-	2.043	-	2.043
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	2.043	129.664	131.707	246	131.953
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	-	(70.400)	(70.400)	-	(70.400)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	-	-	(274)	(274)
Transferência entre reservas		-	52.781	6.483	59.264	-	(59.264)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	52.781	6.483	59.264		(129.664)	(70.400)	(274)	(70.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**492.025**	**165.161**	**54.321**	**219.482**	**45.777**	**-**	**757.284**	**1.598**	**758.882**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**165.501**	**87.226**	**166.093**	**87.169**
Ajustes de:				
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas	(59.211)	(38.522)	(59.094)	(36.894)
Depreciação e amortização	21.742	24.454	33.548	33.286
Constituição (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	439	(3.570)	722	(3.939)
Reversão para realização dos estoques	(2.506)	(4.093)	(4.280)	(2.252)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	(2.802)	(3.629)	(3.214)	390
Resultado de participações societárias	7.148	2.793	-	-
Constituição (reversão) de provisão para passivos eventuais	(61.149)	2.074	(61.149)	894
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Aplicações financeiras	(194)	13.181	(194)	13.181
Duplicatas a receber	15.388	(1.975)	34.294	(37.869)
Partes relacionadas (ativo e passivo)	(7.629)	(15.333)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	(57.122)	(42.011)	(57.122)	(42.011)
Estoques	(33.837)	(36.523)	(40.050)	(56.403)
Impostos e contribuições a recuperar	(9.976)	(31.106)	20.327	(26.229)
Depósitos judiciais	96.825	(3.988)	96.825	(3.988)
Outros créditos	21.340	48.557	20.702	48.326
Fornecedores	6.091	(250)	5.011	10.761
Salários e encargos sociais	(3.973)	1.718	(3.579)	(300)
Impostos e contribuições a recolher	6.056	5.426	(33.935)	(923)
Adiantamentos de clientes	(2.638)	2.069	(3.266)	14.954
Outras contas a pagar	(432)	(964)	8.208	5.386
Caixa gerado nas operações	99.061	5.534	119.847	3.539
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(3.288)	(3.545)	(3.791)	(3.834)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	95.773	1.989	116.056	(295)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(25.918)	(21.778)	(36.888)	(24.879)
Aumento do intangível	(30)	(71)	(80)	(3.213)
Lucro não realizado	-	-	-	451
Venda de imobilizado	3.551	4.261	4.301	977
Dividendos recebidos	3.688	2.060	-	-
Aumento de capital em controlada	(88)	(56)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.797)	(15.584)	(32.667)	(26.664)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(54.723)	(27.296)	(45.904)	(21.760)
Novos empréstimos e financiamentos	55.743	79.740	71.412	93.754
Pagamentos de financiamentos	(76.839)	(76.678)	(94.096)	(84.918)
Juros pagos	(1.940)	(4.708)	(1.657)	(4.539)
Novos financiamentos - FINAME fabricante	124.937	110.767	124.937	110.767
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante	(71.149)	(59.433)	(71.149)	(59.433)
Juros pagos - Finame Fabricante	(17.451)	(11.319)	(17.451)	(11.319)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(41.422)	11.073	(33.908)	22.552
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	35.554	(2.522)	49.481	(4.407)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	67.284	69.806	100.428	105.682
Perdas cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior	-	-	(2.102)	(847)
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	102.838	67.284	147.807	100.428

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	596.145	603.524	860.639	839.426
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(4.845)	171	75	(1.500)
Outras receitas operacionais, líquidas	78.209	2.666	79.329	3.995
	669.509	606.361	940.043	841.921
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(333.017)	(286.842)	(460.441)	(385.297)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(19.548)	(18.275)	(40.303)	(34.556)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(42.448)	(36.532)	(54.095)	(44.576)
	(395.013)	(341.649)	(554.839)	(464.429)
Valor adicionado bruto	274.496	264.712	385.204	377.492
Depreciação e amortização	(21.742)	(24.454)	(33.548)	(33.286)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	252.754	240.258	351.656	344.206
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	(7.148)	(2.793)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	67.645	48.738	69.942	43.888
Valor adicionado total a distribuir	313.251	286.203	421.598	388.094
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Salários e encargos	108.291	112.395	210.478	208.405
Comissões sobre vendas	3.221	4.194	3.221	4.194
Participações e honorários da Administração	7.210	7.751	7.305	7.846
Participação nos resultados	4.601	7.896	4.601	7.896
Planos de previdência privada aberta complementar	656	677	656	677
Impostos, taxas e contribuições	51.755	60.970	52.545	61.852
Juros	5.515	6.401	8.342	8.831
Aluguéis	2.338	1.918	4.814	4.297
Juros sobre o capital próprio já distribuídos	25.142	15.714	25.142	15.714
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos	45.258	27.029	45.258	27.029
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(28)	95
Lucros retidos	59.264	41.258	59.264	41.258
Valor adicionado distribuído	313.251	286.203	421.598	388.094

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações.

1 Informações gerais

A Indústrias Romi S.A. ("Controladora"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo e suas controladas (conjuntamente "Companhia") tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 11 de fevereiro de 2020.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta especifica do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 – Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até três meses ou menos com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

2.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.16 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – rapasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de

caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.
As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4.

Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 12 e 13.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.
O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10.
O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.10).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial “pro rata die”, a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam

ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.
As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo

financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.

(b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (i*mpairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras

de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).

(c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6.

(d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (f).

(e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17).

(f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.19 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os impactos foram analisados e os efeitos encontram-se demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado
Reconhecimento inicial, em 1º de janeiro de 2019	6.283
Aquisições	2.878
Depreciação	(1.877)
Variação cambial	195
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2019, líquido	7.479

2.20 Normas com adoção inicial em 2019 não descritas nos itens anteriores

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações deveriam ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia nos períodos apresentados.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve

determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, exceto aos já apresentados na Nota 14 – Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, nos períodos apresentados.

Alterações no CPC 36 (R3) equivalente à norma internacional IFRS 10: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados.

2.21 Normas emitidas mais ainda não vigentes

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

i. Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

ii. Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigorará para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia não optou pela adoção antecipada. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido

de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para definir uma combinação de negócios, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para esclarecer a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas. A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.22 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 20).

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e depósitos em conta corrente	3.176	2.957	35.961	23.923
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	94.067	1.312	106.251	13.485
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	367	53.249	367	53.249
Fundos de investimento DI e renda fixa	5.143	9.672	5.143	9.672
Outros	85	94	85	99
Total de caixa e equivalente de caixa	102.838	67.284	147.807	100.428
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	683	489	683	489
Total de títulos mantidos para negociação	683	489	683	489

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Duplicatas a receber

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante				
Clientes no país (Brasil)	66.504	70.897	67.178	72.140
Clientes no exterior	8.250	11.532	77.098	101.473
Estimativas de perdas para créditos de liq. Duvidosa	(1.377)	(423)	(3.881)	(5.400)
	73.377	82.006	140.395	168.213
Não circulante				
Clientes no país (Brasil)	7.508	9.477	7.508	9.477
Clientes no exterior	4.040	4.149	4.040	4.149
Estimativas de perdas para créditos de liq. Duvidosa	(59)	(8)	(59)	(8)
	11.489	13.618	11.489	13.618

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	**31 de dezembro de 2018**	**31 de dezembro de 2019**	**31 de dezembro de 2018**
Valores a vencer	59.948	72.619	112.993	145.380
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.923	6.490	17.412	14.843
De 31 a 60 dias	2.054	321	4.073	1.432
De 61 a 90 dias	92	220	984	388
De 91 a 180 dias	705	68	3.900	1.905
De 181 a 360 dias	245	249	744	1.868
Mais de 360 dias	2.787	2.462	4.170	7.797
	14.806	9.810	31.283	28.233
Total	74.754	82.429	144.276	173.613
Estimativas de perdas para créditos de liq. Duvidosa	(1.377)	(423)	(3.881)	(5.400)
Total circulante	73.377	82.006	140.395	168.213

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R$13.370 (2018 – R$9.379 - Controladora) e R$27.343 (2018 – R$22.825 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2021	8.135
2022	2.705
2023 e após	708
Estimativas de perdas para créditos de liq. Duvidosa	(59)
Total - não circulante	11.489

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo em 1º de janeiro	431	1.102	5.408	5.224
Créditos reconhecidos no período	2.790	20	4.033	413
Créditos baixados definitivamente da posição	(1.785)	(691)	(5.561)	(834)
Variação cambial	-	-	60	605
Saldo em 31 de dezembro	1.436	431	3.940	5.408

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impaired*.

5 Valores a receber - repasse FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
FINAME a vencer	87.284	65.344
FINAME aguardando liberação (a)	2.841	1.944
FINAME em atraso (b)	14.912	27.005
	105.037	94.293
Estimativas de perdas para créditos de liq. duvidosa	(7.984)	(6.811)
	97.053	87.482
Não circulante		
FINAME a vencer	153.515	117.994
FINAME aguardando liberação (a)	13.787	10.713
	167.302	128.707
Estimativas de perdas para créditos de liq. duvidosa	(343)	(123)
	166.959	128.584
Total	264.012	216.066

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado.

As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por:

(a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.

(b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de “Outros créditos”, aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R$1.188 (R$6.594 em 31 de dezembro de 2018) no ativo circulante, e R$4.645 (R$1.173 em 31 de dezembro de 2018) no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valores a vencer	90.125	67.288
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	894	914
De 31 a 60 dias	601	565
De 61 a 90 dias	147	473
De 91 a 180 dias	396	1.208
De 181 a 360 dias	352	2.883
Mais de 360 dias	12.522	20.962
	14.912	27.005
Total - Circulante	105.037	94.293

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2021	79.103
2022	57.446
2023	27.311
2024 e após	3.442
Total - não circulante	167.302

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.934
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	1.393
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.327

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados	39.542	22.160	81.315	69.696
Máquinas usadas	13.130	12.271	13.130	12.271
Produtos em elaboração	75.561	61.388	116.195	85.183
Matéria prima e componentes	105.043	105.233	127.572	129.571
Importações em andamento	6.200	2.081	6.666	3.826
Total	239.476	203.133	344.878	300.547

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2019, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R$27.312 e R$30.468 (R$29.818 e R$34.748 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2019	29.818	34.748
Estoques vendidos ou baixados	(17.238)	(20.675)
Perdas reconhecidas	7.065	8.136
Variação cambial		592
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	7.667	7.667
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.312	30.468

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados	2.485	2.890	5.641	7.820
Máquinas usadas	6.321	9.488	6.321	9.488
Produtos em elaboração	5.224	4.859	5.224	4.859
Matéria prima e componentes	13.282	12.581	13.282	12.581
Total	27.312	29.818	30.468	34.748

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R$364.314 (2018 - R$367.440) na Controladora e R$556.808 (2018 - R$537.083) no Consolidado.

7 Investimentos em controladas

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4	Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7	IRSA Maquinas Mexico S. de R. L. de C.V.	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

	31 de dezembro de 2019							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	54.295	122.271	23.228	16.025	2.522	8.391	14.083	
Ativo não circulante	7.629	118.663	74	104	-	-	137	
Passivo circulante	46.640	106.826	239	19.305	-	2	15.448	
Passivo não circulante	12.069	28.984	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	3.215	105.124	23.063	(3.176)	2.522	8.389	(1.228)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2018	7.576	108.010	21.845	(2.108)	2.449	7.789	(545)	145.016
Variação cambial sobre investimentos no exterior	343	1.596	-	(173)	-	318	(41)	2.043
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.688)	-	-	-	-	(3.688)
Resultado de participações societárias	(4.704)	(4.482)	3.308	(895)	(15)	282	(642)	(7.148)
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	88			88
Valor patrimonial equivalente - saldo final	**3.215**	**105.124**	**21.465**	**(3.176)**	**2.522**	**8.389**	**(1.228)**	**136.311**
Investimento em controladas	3.215	105.124	21.465	-	2.522	8.389	-	140.715
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(3.176)	-	-	(1.228)	(4.404)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;
(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2019 e 26 de julho de 2019 no valor de R$2.448 e R$1.515, referente ao segundo semestre de 2018 e ao primeiro semestre de 2019, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, os montantes de R$2.278 e R$1.410, respectivamente.

	31 de dezembro de 2018							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	57.205	123.934	23.256	15.996	2.449	7.791	7.170	
Ativo não circulante	6.905	122.491	522	64	-	-	187	
Passivo circulante	44.610	107.108	307	18.168	-	2	7.902	
Passivo não circulante	11.924	31.307	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	7.576	108.010	23.471	(2.108)	2.449	7.789	(545)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2017	6.274	101.671	20.566	(664)	2.405	6.137	674	137.063
Variação cambial sobre investimentos no exterior	505	11.802	-	(259)	-	1.131	(429)	12.750
Aumento de capital em controlada (b)	-	-	-	-	56	-	-	56
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(2.060)	-	-	-	-	(2.060)
Resultado de participações societárias	797	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)	(2.342)
Lucro não realizado	-	(451)	-	-	-	-	-	(451)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	**7.576**	**108.010**	**21.845**	**(2.108)**	**2.449**	**7.789**	**(545)**	**145.016**
Investimento em controladas	7.576	108.010	21.845	-	2.449	7.789	-	147.669
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(2.108)	-	-	(545)	(2.653)

a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;
b) Em Reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 23 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. no montante de R$56. O aumento de capital foi realizado pela captação de ativo, avaliados pelo valor contábil.
c) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2018 e 24 de julho de 2018, no valor de R$1.075 e R$1.138, referentes ao segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, o montante de R$1.001 e R$1.059, respectivamente.

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)
							31 de dezembro de 2019
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	(4.704)	(3.463)	4.673	(895)	(14)	282	(435)
Despesa de IR / CSLL	-	(1.019)	(1.087)	-	(1)	-	(207)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.704)	(4.482)	3.586	(895)	(15)	282	(642)
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.704)	(4.482)	3.308	(895)	(15)	282	(642)
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(145)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(4.849)	(4.482)	3.308	(895)	(15)	282	(642)
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	274	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	3.688	-	-	-	-

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)
							31 de dezembro de 2018
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	797	(3.571)	4.673	(1.185)	(11)	521	(790)
Despesa de IR / CSLL	-	(1.441)	(1.087)	-	(1)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	797	(5.012)	3.586	(1.185)	(12)	521	(790)
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	797	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(145)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	652	(5.012)	3.339	(1.185)	(12)	521	(790)
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	154	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	2.060	-	-	-	-

8 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais - Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas diretas				
Romi Europa	2.425	783	188	263
Romi Itália	10.464	9.672	-	-
Romi Machine Tools	18.300	17.034	722	-
Romi A.L.	-	-	431	934
Irsa Máquinas México	11.635	6.787	-	-
Rominor	4	-	-	-
Controladas indiretas				
B+W - Burkhardt+Weber	2.023	1.803	338	3.275
Romi France S.A.S.	8.678	7.393	-	-
Romi Máquinas España S.A.	4.129	3.464	-	-
Romi Machines UK	7.511	13.461	-	-
Total	65.169	60.397	1.679	4.472

(ii) Transações

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Romi Europa	6.076	4.180	1.442	1.328
Rominor Comércio	17	12	-	153
Romi Itália	7.198	11.674	-	329
Romi Machine Tools	10.657	7.655	-	-
Romi France S.A.S.	5.678	7.142	-	-
Romi A.L.	-	-	388	861
Romi Machines UK	7.273	12.881	-	-
IRSA Maquinas México	5.001	4.180	30	14
B+W - Burkhardt + Weber	4.167	5.896	362	-
Romi Máquinas Espãna	1.828	1.044	-	-
Total	47.895	54.664	2.222	2.685

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis a curto prazo.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita do exercício de 2019 foi de R$167 (2018 – R$148).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações do exercício de 2019 totalizaram R$865 (2018 – R$920).

As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como seguem:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Honorários e encargos	5.497	5.098
Participação nos resultados	1.205	2.195
Plano de previdência privada	259	234
Assistência médica	249	224
Controladora	7.210	7.751
Honorários e encargos das empresas controladas	95	95
Consolidado	7.305	7.846

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2019.

9 Propriedades para investimento

Com base nas perspectivas de expansão das suas atividades, a Administração da Companhia classificou parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimento são de R$13.500 (R$13.500 – em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R$18.181 (R$18.398 – em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$44.982 na controladora e R$126.420 no consolidado.

Em 28 de novembro de 2018 e 21 de dezembro de 2018, a Companhia, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda dos imóveis (terreno com edificação) de propriedade da Rominor, com área total de 336m² e 866,7m², localizados na cidade de Manaus (AM) e cidade de Contagem (MG), pelo valor de R$420 e R$1.200, respectivamente. Os valores foram recebidos integralmente. O resultado da venda foi classificado na linha de outras receitas operacionais, com impacto de R$1.276 no resultado operacional e R$1.232 no lucro líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda do imóvel (terreno com edificação) de propriedade da Rominor, com área total de 327m², localizado na cidade de Porto Alegre (RS), pelo valor de R$750. Até a data-base desta publicação foi recebido o valor de R$75. O restante do valor está classificado na rubrica de duplicatas a receber no ativo circulante. O resultado da venda foi classificado na linha de outras receitas operacionais, com impacto de R$468 no resultado operacional e R$451 no lucro líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

									Controladora
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.053	189.319	264.440	8.362	3.557	26.019	20.392	(83)	516.059
Adições	-	222	9.879	41	252	459	10.925	-	21.778
Baixas	(56)	-	(13.893)	(44)	(64)	(4)	-	-	(14.061)
Transferências	-	786	1.709	-	-	-	(2.495)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.997	190.327	262.135	8.359	3.745	26.474	28.822	(83)	523.776
Adições	-	1.225	9.394	399	247	592	14.061	-	25.918
Baixas	-	-	(4.143)	(49)	(49)	(28)	-	1	(4.268)
Transferências	-	7.831	29.016	-		-	(36.847)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.997	199.383	296.402	8.709	3.943	27.038	6.036	(82)	545.426
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	93.724	196.252	7.540	2.871	24.820	-	-	325.207
Depreciação	-	9.235	13.955	203	239	506	-	-	24.138
Baixas	-	-	(13.321)	(43)	(64)	(2)	-	-	(13.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	102.959	196.886	7.700	3.046	25.324	-	-	335.916
Depreciação	-	7.701	12.846	157	275	454	-	-	21.433
Baixas			(3.403)	(48)	(50)	(18)	-	-	(3.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	110.660	206.329	7.809	3.271	25.760	-	-	353.830
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.053	95.595	68.188	822	686	1.199	20.392	(83)	190.852
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.997	87.368	65.249	659	699	1.150	28.822	(83)	187.860
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.997	88.723	90.073	900	672	1.278	6.036	(82)	191.596

	Consolidado								
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	22.909	230.276	296.710	18.461	4.878	29.931	24.484	(83)	627.566
Adições	-	239	11.088	1.064	410	722	11.356	-	24.879
Baixas	(56)	-	(13.913)	(77)	(64)	(196)	(482)	-	(14.788)
Lucro não realizado	-	-	-	-	-	-	(451)	-	(451)
Transferências	-	786	1.709	-	-	-	(2.495)	-	-
Variação cambial	2.271	3.462	971	461	70	75	279	-	7.589
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.124	234.763	296.565	19.909	5.294	30.532	32.691	(83)	644.795
Adições	-	5.646	10.352	1.563	4.474	2.180	14.060	-	38.275
Baixas	-	(48)	(4.144)	(145)	(210)	(248)	-	1	(4.794)
Transferências	-	7.831	29.016	-	-	-	(36.846)	-	-
Variação cambial	436	1.207	(264)	165	191	56	89	-	1.881
							-		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.560	249.399	331.525	21.492	9.749	32.520	9.994	(82)	680.157
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	103.551	220.615	13.517	3.781	28.163	-	-	369.627
Depreciação	-	10.357	16.645	1.490	446	761			29.699
Baixas	-	-	(13.340)	(43)	(64)	(177)			(13.624)
Variação cambial	-	38	80	39	8	7			172
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	113.946	224.000	15.002	4.172	28.754	-	-	385.874
Depreciação		9.649	15.389	1.383	1.398	946			28.766
Baixas		(5)	(3.462)	(71)	(159)	(227)			(3.924)
Variação cambial		56	68	32	38	13			207
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	123.646	235.995	16.346	5.449	29.486	-	-	410.922
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	22.909	126.725	76.095	4.944	1.097	1.768	24.484	(83)	257.939
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.124	120.817	72.565	4.907	1.122	1.778	32.691	(83)	258.921
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.560	125.753	95.530	5.146	4.300	3.034	9.994	(82)	269.235

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R$67.531 em 31 de dezembro de 2018 (R$68.195 em 31 de dezembro de 2018) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

O montante de R$21.433 (2018 - R$24.138) referente à despesa de depreciação, R$19.184 (2018 - R$19.814) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$1.006 (2018 - R$1.072) em "Despesas com vendas", R$1.132 (2018 - R$3.161) em "Despesas gerais e administrativas" e R$111 (2018 - R$91) em “Pesquisa e desenvolvimento” - Controladora.

O montante de R$28.766 (2018 - R$297.699) referente à despesa de depreciação, R$21.108 (2018 - R$21.691) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos ", R$6.415 (2018 - R$4.756) em "Despesas com vendas", R$1.132 (2018 - R$3.161) em "Despesas gerais e administrativas" e R$111 (2018 - R$91) em “Pesquisa e desenvolvimento” – Consolidado.

11 Intangível

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado				
Custo bruto	**Tecnologia**	**Outros**	**Total**	**Tecnologia**	**Relacionamento com o cliente**	**Marca**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2018	934	4.916	5.850	24.421	19.306	20.862	6.109	70.698
Adições	-	71	71	2.777	-	-	436	3.213
Variação cambial	-	-	-	2.868	2.288	2.473	257	7.886
Saldo em 31 de dezembro de 2018	934	4.987	5.921	30.066	21.594	23.335	6.802	81.797
Adições	20	10	30	944	-	-	(864)	80
Variação cambial	-	-	-	625	445	482	419	1.971
Transferências	(427)	427	-	(427)	-	-	427	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	527	5.424	5.951	31.208	22.039	23.817	6.784	83.848
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	75	4.651	4.726	7.819	5.709	-	4.996	18.524
Amortização	101	215	316	2.007	1.078	-	502	3.587
Variação cambial	-	-	-	977	676	-	52	1.705
Saldo em 31 de dezembro de 2018	176	4.866	5.042	10.803	7.463	-	5.550	23.816
Amortização	104	205	309	2.669	1.072	-	1.041	4.782
Variação cambial	-	-	-	590	182	-	116	888
Saldo em 31 de dezembro de 2019	280	5.071	5.351	14.062	8.717	-	6.707	29.486
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	859	265	1.124	16.602	13.597	20.862	1.113	52.174
Saldo em 31 de dezembro de 2018	758	121	879	19.263	14.131	23.335	1.252	57.981
Saldo em 31 de dezembro de 2019	247	353	600	17.146	13.322	23.817	77	54.361

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme Gmbh) através de sua Controlada direta Romi Europa Gmbh. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: Refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição.

(c) relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro.

De acordo com a avaliação da administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de "*impairment*" de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

O montante de R$309 (2018 - R$316) referente à despesa de amortização, R$9 (2018 - R$21) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$198 (2018 - R$194) em "Despesas gerais e administrativas" e R$102 (2018 - R$101) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R$4.782 (2018 - R$3.587) referente à despesa de amortização, R$9 (2018 - R$21) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$4.473 (2018 - R$3.271) em "Despesas com vendas", R$198 (2018 - R$194) em "Despesas gerais e administrativas" e R$102 (2018 - R$101) em "Pesquisa e desenvolvimento" – Consolidado.

Teste do valor recuperável (*impairment*)

O teste de *impairment* é realizado considerando cada Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), que são as mesmas dos segmentos reportados (Nota 20) – Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados.

Os cálculos de valor recuperável de cada UGC usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de renda e da contribuição social, de dez anos, que representa a vida útil econômica dos ativos, trazidos ao valor presente pela taxa real de 11,8%. Para os cinco anos subsequentes, as taxas de crescimento e de inflação estão em linha com as projeções macroeconômicas de instituições financeiras com relevante participação no mercado brasileiro.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

12 Financiamentos

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante					
	2019	2018	2019	2018	Vencimento	Amortizaçao do principal	Encargos financeiros	Garantia
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	13.571	46.771	-	-	01/10/2020	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 1,34% a 1,55% a.a. + variação cambial	Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.564	5.570	11.534	17.071	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.120	1.534	1.934	3.047	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	26.871	34.413	-	-	16/12/2020	Parcela única	Juros de 1,09% a.a. a 1,80% a.a.	Clean / Aval Rominor
Financiamento à Exportação (NCE)	31.597	-	-	-	16/06/2020	Parcela única	Juros de 0,86% a.a.	Clean / Aval Rominor
Finep URTJ-01	-	2.131	-	-	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
Controladora	**78.723**	**90.419**	**13.468**	**20.118**				
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c)	-	-	9.398	11.320	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	12.926	12.128	-	-	-	-	-	N/A
Consolidado	**91.649**	**102.547**	**22.866**	**31.438**				

(a) Em setembro e dezembro de 2018 foi autorizado à Diretoria da Companhia a contratar financiamentos junto a instituições financeiras no valor de R$14.960 e R$31.010, respectivamente. Através de linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), com taxas de até 2,5% a.a. acrescidos de variação cambial. Em 22 de outubro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a conversão do residual dos financiamentos para Adiantamento de Contratos de Exportação (ACE), com taxas de 1,34% a.a. acrescidos de variação cambial, com prazo de 10 meses, com garantia realizada por sua subsidiária Rominor Comércio.

(b) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40
(ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima.

(c) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R$9.398 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	6.394	6.900
2022	6.130	7.384
2023	906	2.160
2024 e após	38	6.422
Total	13.468	22.866

13 Financiamentos - FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
FINAME Fabricante	82.177	63.326
Não Circulante		
FINAME Fabricante	152.786	116.278
Total	234.963	179.604

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica "Financiamentos – FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber – repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R$29.049 em 31 de dezembro de 2019 (R$36.462 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2021	73.937
2022	52.715
2023	23.470
2024 e após	2.664
Total	152.786

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

14 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fiscais	52	57.916
Cíveis	604	332
Trabalhistas	604	3.039
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	-	(57.334)
Total	1.260	3.953
Passivo circulante	806	1.853
Passivo não circulante	454	2.100
	1.260	3.953

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante está demonstrado nas rubricas de “Salários e encargos sociais” e “Outros contas a pagar”.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fiscais		
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP	38.349	32.456
Glosa de créditos PIS e COFINS	16.430	16.393
Glosa de estimativas pagar de IR e CSLL	4.972	-
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	3.373	3.256
Saldo negativo IRPJ e CSLL	4.056	3.851
Glosa de créditos IPI	5.707	5.508
Multa isolada - Compensação não Homologada	502	478
Glosa de créditos - REINTEGRA	122	118
Cíveis		
Perdas e danos	7.410	6.806
Trabalhistas	38	3.349
Total	80.959	72.215

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2018	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária	31 de dezembro de 2019
Fiscais	57.916	808	(58.672)	-	52
Cíveis	332	545	(328)	55	604
Trabalhistas	3.039	379	(2.736)	(78)	604
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	(57.334)	(442)	57.776	-	-
Total Controladora e Consolidado	**3.953**	**1.290**	**(3.960)**	**(23)**	**1.260**

(a) Processos fiscais passivos

Corresponde a obrigações legais relativas a:

(i) Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de PIS e COFINS sobre ICMS de vendas eram de R$10.322 e R$47.543, respectivamente.

Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a repetição de tal indébito retroativamente por 5 (cinco) anos.

Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76, sendo certo que os referidos embargos de declaração pendem de apreciação pelo STF, motivo pelo qual a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 13 de março de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019 os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R$138.008, antes dos impostos, sendo R$74.321 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R$63.686 na rubrica de "Receitas financeiras". O impacto no lucro líquido do período foi de R$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, no montante de R$29.542, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

(ii) Demais processos tributários somam R$52 (R$51 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Processos fiscais (Plano Verão)

A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017 a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras de 2018 os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado de 2018 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R$1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii), resultado financeiro: acrescido em R$32.115, referente à atualização monetária do

valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018.

(c) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(d) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.
As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

(d) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$1.930 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.110 31 de dezembro de 2018) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	165.501	87.226	166.093	87.169
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(56.270)	(29.657)	(56.472)	(31.504)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	23.936	15.864	23.936	15.864
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	(1.569)	10.740	(1.569)	10.740
Pesquisa e desenvolvimento	1.686	3.000	1.686	3.000
Transfer price	(1.190)	(1.730)	(1.190)	(1.730)
Equivalência patrimonial	(2.430)	(950)	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(2.574)	131
Participação de Administradores	(497)	(606)	(497)	(606)
Outras adições (exclusões), líquidas	497	114	497	1.186
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(35.837)	(3.225)	(36.183)	(2.919)

(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da B+W.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Correntes	(19.648)	2.606	(20.652)	(1.681)
Diferidos	(16.189)	(5.831)	(15.531)	(1.238)
Total	(35.837)	(3.225)	(36.183)	(2.919)

	2019				2018			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques – provisão para realização	29.604	7.382	2.664	10.046	31.863	7.956	2.868	10.824
Reintegração de máquinas	2.699	673	243	916	1.874	468	169	637
Prejuízo fiscal	55.776	10.534	3.097	13.631	59.607	11.353	5.216	16.569
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.071	267	96	363	1.607	401	145	546
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.260	314	113	427	61.287	15.307	308	15.615
Comissões condicionadas	428	107	39	146	713	178	64	242
Participação dos administradores	1.205	-	108	108	2.195	-	198	198
Outras diferenças ativas temporárias	1.733	432	156	588	2.117	529	191	720
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	**93.776**	**19.709**	**6.516**	**26.225**	**161.263**	**36.192**	**9.159**	**45.351**
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025	378	1.403	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	**89.213**	**18.684**	**6.138**	**24.822**	**156.700**	**35.167**	**8.781**	**43.948**
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	12.044	-	12.044	19.029	11.799	-	11.799
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	67.252	19.586	-	19.586	68.622	19.987	-	19.987
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	**86.281**	**31.630**	**-**	**31.630**	**87.651**	**31.786**	**-**	**31.786**

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Ano de realização	
2020	9.491
2021	9.252
2022	3.068
2023 e após	3.011
Total	24.822

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Ativo		Passivo
	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.595	43.948	31.786
Movimentações do exercício			
Adições	462	1.325	-
Realização	(20.480)	(20.480)	(791)
Variação cambial	-	29	635
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.577	24.822	31.630

16 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 no montante de R$492.025 é representado por 62.857.647 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Reserva de retenção de lucros

Em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estes serão submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de março de 2020. A Companhia distribuiu, referente ao lucro do próprio exercício, o montante de R$70.400. O excedente não distribuído (R$52.781) será incorporado ao saldo da reserva, totalizando R$165.161.

Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício ajustado	129.664	84.001
(-) Constituição de reserva legal	(6.483)	(4.200)
Lucro passível de distribuição	123.181	79.801
Dividendos (JCP) obrigatórios - 25%	(70.400)	(42.743)
Constituição de reserva de lucros	52.781	37.058

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Controladora e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores	129.664	84.001
Média ponderada das ações em circulação no exercício em milhares	62.858	62.858
Lucro básico e diluído por ação	2,06	1,34

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

17 Plano de previdência privada aberta complementar

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R$911 (R$906 em 31 de dezembro de 2018). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

18 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R$170.285; (ii) máquinas e equipamentos - R$358.591; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R$282.248; (iv) obras - R$7.148; (v) bens em poder de terceiros - R$9.817 e (vi) outros – R$1.107.

19 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber – repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 12 e 13.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "*hedge*" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas Notas 12 e 13.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2019				
Financiamentos	91.649	6.900	15.966	-
Fornecedores	51.451			
Em 31 de dezembro de 2018				
Financiamentos	102.547	10.459	17.261	3.718
Fornecedores	44.261			

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
(-) Total dos financiamentos	327.154	290.141	349.478	313.589
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(102.838)	(67.284)	(147.807)	(100.428)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(683)	(489)	(683)	(489)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(264.012)	(216.066)	(264.012)	(216.066)
Dívida (Caixa) líquida	(40.379)	6.302	(63.024)	(3.394)
Total do patrimônio líquido	757.284	695.977	757.284	695.977
Total do capital	716.905	702.279	694.260	692.583
Índice de alavancagem financeira - %	-5,6%	0,9%	-9,1%	-0,5%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	827
Duplicatas a receber	12.161
Partes relacionadas a receber	65.426
Outros créditos	240
Partes relacionadas a pagar	(1.711)
Financiamentos	(71.313)
Fornecedores	(6.535)
Adiantamentos de clientes	(551)
Outras contas a pagar	(1.012)
Exposição passiva líquida	(2.468)

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	(1.857)	(2.321)	(2.785)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil, considerando a cotação média projetada para o ano de 2020. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP.

Em 31 de dezembro de 2019, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa vinculados ao CDI	100.260	112.444
Total de empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP	3.054	3.054
Exposição ativa líquida	103.314	115.498

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com os seguintes cenários:

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	4.165	5.206	6.247

			Consolidado
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	4.652	5.815	6.978

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2020. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	102.838	67.284	147.807	100.428
Aplicações financeiras	683	489	683	489
Duplicatas a receber	84.866	95.624	151.884	181.831
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	264.012	216.066	264.012	216.066
Partes relacionadas	65.169	60.397	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	8.764	475	12.082	3.155
Depósitos judiciais	1.930	2.110	1.930	2.110
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	92.191	110.537	114.515	133.985
Financiamentos - FINAME fabricante	234.963	179.604	234.963	179.604
Fornecedores	35.123	26.853	51.451	44.261
Outras contas a pagar	3.774	2.984	29.375	19.951
Partes relacionadas	1.679	4.472	-	-

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam de seus valores contábeis.

20 Informações por segmento de negócio - consolidado

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os novos segmentos da Companhia:

					31 de dezembo de 2019
	Máquinas Romi	**Máquinas Burkhardt + Weber**	**Fundidos e usinados**	**Eliminações entre segmentos**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	390.794	223.438	151.274		765.506
Custo dos produtos e serviços vendidos	(209.641)	(183.941)	(163.226)		(556.808)
Transferências remetidas	1.983	-	27.958	(29.941)	-
Transferências recebidas	(27.958)	-	(1.983)	29.941	-
Lucro bruto	155.178	39.497	14.023	-	208.698
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(63.584)	(16.628)	(5.409)		(85.621)
Gerais e administrativas	(34.035)	(25.534)	(10.569)		(70.138)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.767)	-	(3.703)		(20.470)
Honorários da Administração	(4.929)	-	(2.376)		(7.305)
Outras receitas operacionais, líquidas	57.664	855	20.810		79.329
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	93.527	(1.810)	12.776		104.493
Estoques	243.065	58.895	42.918		344.878
Depreciação e amortização	11.505	9.689	12.354		33.548
Imobilizado, líquido	87.039	65.532	116.664		269.235
Intangível	584	53.760	17		54.361
	Europa	**América Latina**	**América do Norte**	**Ásia**	**Total**
Receita operacional líquida por região geográfica	239.269	445.078	29.992	51.167	765.506

	31 de dezembo de 2018				
	Máquinas Romi	**Máquinas Burkhardt + Weber**	**Fundidos e usinados**	**Eliminações entre segmentos**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	366.017	200.832	176.613		743.462
Custo dos produtos e serviços vendidos	(193.326)	(167.234)	(176.523)		(537.083)
Transferências remetidas	3.130	-	25.655	(28.785)	-
Transferências recebidas	(25.655)	-	(3.130)	28.785	-
Lucro bruto	150.166	33.598	22.615	-	206.379
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(59.991)	(14.927)	(4.883)		(79.801)
Gerais e administrativas	(24.176)	(23.203)	(11.921)		(59.300)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.379)	-	-		(17.379)
Honorários da Administração	(4.335)	-	(3.511)		(7.846)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.995	-	-		3.995
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	48.280	(4.532)	2.300		46.048
Estoques	220.300	51.668	28.579		300.547
Depreciação e amortização	12.386	8.321	12.579		33.286
Imobilizado, líquido	132.252	14.579	112.090		258.921
Intangível	859	57.102	20		57.981
	Europa	**América Latina**	**América do Norte**	**Ásia**	**Total**
Receita operacional líquida por região geográfica	187.002	444.055	23.138	89.267	743.462

21 Compromissos futuros

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora LTDA - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2020	11.987
2021	15.396
2022	14.743
2023	14.528
Total	56.654

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

22 Receita líquida de Vendas

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado interno	515.081	510.640	518.178	512.805
Mercado externo	81.064	92.884	342.461	326.621
Receita bruta de vendas	596.145	603.524	860.639	839.426
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(95.021)	(95.885)	(95.133)	(95.964)
Receita líquida de vendas	501.124	507.639	765.506	743.462

23 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Depreciação e amortização	21.741	24.454	33.551	33.286
Despesas com pessoal	134.147	128.933	235.748	223.330
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	274.247	237.616	376.200	335.176
Frete	27.857	26.022	33.965	32.600
Outras despesas	10.823	45.601	60.878	77.017
Total	468.815	462.626	740.342	701.409
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	364.314	367.440	556.808	537.083
Despesas com vendas	44.758	43.747	85.621	79.801
Despesas gerais e administrativas	32.063	26.309	70.138	59.300
Pesquisa e desenvolvimento	20.470	17.379	20.470	17.379
Participação e honorários da Administração	7.210	7.751	7.305	7.846
Total	468.815	462.626	740.342	701.409

24 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	3.395	2.592	4.692	3.931
Juros de duplicatas a receber	5.207	5.344	5.207	5.344
Resultado financeiro em Processo Judicial	62.426	32.115	62.426	32.115
Outros	(3.382)	2.163	(2.383)	2.350
Total	67.646	42.214	69.942	43.740
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(2.057)	(5.170)	(4.185)	(7.753)
Outras	(554)	(1.231)	(556)	(1.078)
Total	(2.611)	(6.401)	(4.741)	(8.831)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Resultado da venda de ativos	2.800	3.683	3.269	5.043
Resultado no Êxito em Processo Judicial	74.321	-	74.321	-
Outros	1.088	(1.017)	1.739	(1.048)
Total	78.209	2.666	79.329	3.995

* * *

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2019 iniciou com a continuidade da recuperação econômica e, principalmente, com um bom nível de otimismo na indústria. Alguns dados macroeconômicos também continuam demonstrando sinais de uma recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os três últimos anos. O volume de oportunidades de negócios também apresentou uma recuperação ao longo dos meses, principalmente a partir do segundo semestre, onde pode-se notar uma maior consistência dessa recuperação. Essa melhora nos dados macroeconômicos e no ambiente geral da economia começa a se materializar, principalmente, na unidade de negócio Máquinas Romi, que diante de um cenário mais estável encoraja os clientes a retomar os seus investimentos. Nessa Unidade de Negócio, a entrada de pedidos do ano de 2019, quando comparada a 2018, apresentou um crescimento de 14,4%.

A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da economia doméstica.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida auferida em 2019 foi de R$765,5 milhões, 3,0% superior à registrada em 2018, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018 e 2019, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

Em 2019, o mercado doméstico foi responsável por 56% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (IRSA México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Espanha), foi de US$86,0 milhões, montante 0,2% superior ao alcançado em 2018.

Em 2019, a entrada de pedidos foi de R$739,8 milhões, montante 3,9% superior ao obtido no ano de 2018.

Margens

A margem operacional ajustada registrada em 2019 foi positiva em 3,9%, o que representou uma queda de 2,5 p.p. quando comparado com 2018, devido à queda no volume de faturamento da unidade de Fundidos e Usinados e o mix de produtos da unidade Máquinas Romi.

Resultado Líquido

O lucro líquido do ano de 2019 foi R$129,9 milhões.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2019 foram investidos R$29,1 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das unidades do parque industrial, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0014-88/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como do Orçamento de Capital para o exercício de 2020. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 10 de fevereiro de 2020

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0014-88/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores infra mencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Santa Bárbara d'Oeste, 11 de fevereiro de 2020

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente
William dos Reis - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Francisco Vita Júnior – Diretor
Fernando Marcos Cassoni – Diretor

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CNPJ – 56.720.428/0014-88/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra mencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e, adicionalmente, os esclarecimentos e orientações sobre o tema trazidas pela Comissão de Valores Mobiliários, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019, datado de 11 de janeiro de 2019, apenas seria possível o reconhecimento dos ganhos referentes ao ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS no momento em que houvesse o trânsito em julgado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União ou ainda na situação de obtenção do trânsito em julgado da sua ação ordinária específica.

Tal fato, ou seja, a obtenção do trânsito em julgado ocorreu em 13 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019, os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R$138.008, antes dos impostos, sendo R$74.321 na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” e

R$63.686 na rubrica de “Receitas financeiras”. O impacto no lucro líquido do período foi de R$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

As informações relevantes sobre o assunto foram divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Santa Bárbara d’Oeste, 11 de fevereiro de 2020

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente

William dos Reis - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiar – Diretor de Relações com Investidores

Francisco Vita Júnior – Diretor

Fernando Marcos Cassoni – Diretor